



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Nestes últimos anos, registaram-se em Macau vários casos de inclinação de prédios devido a obras de reconstrução em prédios adjacentes, situação que deixa a população preocupada. O caso do edifício Sin Fong Garden foi o mais grave, com o edifício em situação de perigo iminente, que levou à sua imediata evacuação pelo Governo, que concedeu também um subsídio de arrendamento aos moradores para o seu alojamento provisório. Até o Chefe do Executivo se deslocou ao local para tranquilizar os moradores. Mas o problema arrasta-se há mais de um ano, e até à data não existem indícios de uma resolução eficaz. Mais, ainda não foi encontrado o causador deste problema e os moradores estão tristes com o caso, porque passou já mais de um ano e continuam sem poder regressar às suas casas devido à burocracia, aos atrasos nos trabalhos e à ineficácia dos dirigentes.

O incidente do edifício Sin Fong ocorreu há mais de um ano. Os moradores foram obrigados a deixar as suas casas em Outubro do ano passado, mas as autoridades ainda não tomaram uma decisão sobre o caso. Dizem que o edifício não está em risco de ruína e que não necessita de ser demolido de imediato, mas não levantam o bloqueio. Há moradores que não confiam na avaliação técnica da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), preferem a opção de reconstrução de todo o edifício, porém, a reacção do Governo é de quem não tem nada a ver com o assunto. O Governo deve conhecer a realidade e estar ciente de que, sem a sua intervenção e apoio, a reconstrução do edifício será mesmo muito difícil de concretizar, e a situação vai manter-se, ou seja, o edifício não apresenta risco de ruína mas os moradores não podem regressar às suas casas e a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ideia da reconstrução não avança.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. As autoridades competentes acentuaram que o edifício Sin Fong Garden não é um prédio em risco de ruína a necessitar de ser imediatamente demolido, no entanto, o bloqueio mantém-se. Esta situação que dura há mais de um ano impede os moradores de regressarem às suas casas. Para não complicar ainda mais o caso, quando é que o Governo vai tomar uma decisão definitiva? Se os moradores não confiarem na decisão tomada e desejarem a reconstrução de todo o edifício, o Governo vai intervir e apoiar esta opção, para que os moradores possam retomar, o mais breve possível, as suas casas? E que medidas de intervenção e apoio é que vai adoptar?
2. Na sequência do risco de derrocada do edifício Sin Fong Garden, algumas lojas foram ocupadas pela DSSOPT sem haver lugar a qualquer indemnização dos seus proprietários, que alega que a ocupação das lojas é necessária para reforço do edifício, e até mudou as fechaduras e cadeados. Esta situação mantém-se, não obstante as autoridades competentes terem declarado que o prédio não está em risco de ruína, que não necessita de ser imediatamente demolido e que as obras de reforço já estão concluídas. Os moradores receberam do Governo subsídios para alojamento, mas no caso das lojas, que estão a ser ocupadas há mais de um ano, não houve lugar à atribuição de qualquer subsídio. Isto de o poder público ocupar propriedade privada não contraria o disposto do artigo 6.º da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Lei Básica, que estipula que o direito à propriedade privada é protegido na RAEM? Quando é que o Governo da RAEM vai corrigir o erro cometido, assumindo a responsabilidade dessa ocupação ilegal e de longo prazo de propriedade privada, e avançar com as respectivas indemnizações?

3. Este caso do edifício Sin Fong Garden veio demonstrar a forma desordenada e confusa da actuação do Governo. Os moradores acentuaram que mais de um ano antes da detecção do risco de derrocada do edifício já se tinham queixado junto da DSSOPT sobre as obras no terreno ao lado, nomeadamente, de tremores, rachas, infiltrações de água, etc.. Mas a DSSOPT respondeu recorrendo à alegação de sempre, ou seja, que ia tratar do assunto seguindo a "ordem de sequência e gravidade do caso", deixando que a situação evoluísse, e só quando o edifício ficou gravemente inclinado é que foi obrigada a enfrentar a situação com urgência. Esta forma de actuação é muito comum nos serviços públicos. Como é que o Governo vai resolver isto? Existem funcionários públicos que devem ser responsabilizados por esta actuação?

8 de Novembro de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Au Kam San